



É possível impedir a subida do preço da electricidade e respeitar os interesses dos trabalhadores

Conferência de imprensa, 20-Jan-2022
Tópicos da intervenção inicial de Rogério Silva, coordenador
da Fiequimetal e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN

Alertámos, por várias vezes, para as graves implicações do apressado encerramento de instalações que tinham um peso significativo na produção de energia.

Agora, podemos afirmar que o fecho de duas centrais termoeléctricas, em Sines e no Pego, e da refinaria do Porto, em Matosinhos, contribuiu claramente para o aumento das importações e para a subida descontrolada dos preços.

* * *

O agravamento da factura da electricidade é devido ao aumento do preço do gás natural, usado para a sua produção, aumento que resulta de uma complexa e opaca formação dos preços no mercado grossista, com reflexos no elevado custo de vida.

* * *

Cada vez mais multinacionais, instaladas no nosso País, procuram atirar para cima dos trabalhadores a sua resposta ao problema. Como? Estão a pressioná-los para aceitarem a alteração dos horários de trabalho, de modo a concentrar a produção nos períodos com tarifários mais baixos.

Por outro lado, existem cada vez mais pequenas empresas industriais, de capitais nacionais, sufocadas com os custos da energia e com crescentes dificuldades.

* * *

Esta é uma situação que exige medidas políticas do Governo, para colocar um travão nesta escalada dos custos da energia, e impedir a destruição de mais uma parte do tecido produtivo nacional.

Perante este cenário de grande preocupação quanto ao futuro, na medida em que não se prevê uma inversão de tendência nos preços, apelamos ao Governo para que pondere a retoma da produção de energia eléctrica nas centrais termoeléctricas de Sines e do Pego, até que existam alternativas sólidas aquelas instalações. Os custos do carvão são bem mais baixos que o gás natural.

Aliás, aqui mesmo ao lado, na vizinha Espanha, mais concretamente na Galiza e na Andaluzia, foi retomada a produção de energia, a pedido do governo espanhol, em duas refinarias: As Pontes e Los Barrios.

O objectivo foi justamente intervir na escalada do preço da energia eléctrica, mas também coincidiu, naquele período, com o facto de que algumas centrais nucleares em França tiveram de parar para manutenção programada.

* * *

Para além da necessidade de fazer face a um problema emergente, para a economia nacional (o aumento dos preços da energia eléctrica), é importante destacar a importância da Central do Pego enquanto instalação que permitia acorrer a situações relacionadas com a segurança energética.

O encerramento das centrais de Sines e do Pego teve por base uma agenda climática profundamente empoçada pelo Governo, até porque Portugal não surge entre os países com mais emissões, em nenhum registo internacional.

* * *

Quanto aos trabalhadores que perderam os postos de trabalho, a resposta do Governo surgiu de forma atabalhoada.

Começou por ignorar os alertas e não ouvir os representantes dos trabalhadores.

Nunca se esforçou para fazer um levantamento objectivo das consequências sociais dessas decisões.

* * *

As declarações cínicas e fingidas do primeiro-ministro em Matosinhos, em Setembro, na campanha para as eleições autárquicas, sobre o fecho da refinaria, foram o reconhecimento tardio da existência de um problema que só ganhou relevo com o protesto e a luta dos trabalhadores.

O ataque verbal à administração da petrolífera tentou apenas limpar o facto de que, neste processo, o Governo não só deixou a Galp com as mãos livres, como até a ajudou.

Como então dissemos, António Costa e os seus membros do Governo vieram, por várias vezes, fazer declarações falsas, elegendo aquele parque petroquímico como inimigo do meio ambiente. Efectivamente, o primeiro-ministro e o Governo estiveram em total sintonia com a administração da Galp e a família Amorim. Recorde-se que o primeiro a anunciar o fecho da refinaria foi o ministro Matos Fernandes!

* * *

Outra resposta atabalhoada à destruição de milhares de postos de trabalho foi a forma como o Governo lidou com as verbas do «fundo para uma transição justa». Só as decidiu usar no caso mais recente (central do Pego), excluindo os trabalhadores da central de Sines e da refinaria.

O mínimo que se poderia exigir do Governo, era que já tivesse aplicado a todos os trabalhadores atingidos, sem excepção as medidas da Portaria N.º 686-A/2021.